



Senado decide hoje se admite processo de impeachment

Se denúncia contra a presidente Dilma for aceita pelo Plenário, ela será afastada por até 180 dias e começará a análise sobre o mérito da questão

Jonas Pereira/Agência Senado



Entre os senadores Vicentinho Alves, Romero Jucá e Marta Suplicy, o presidente do Senado, Renan Calheiros, explica como será o rito da sessão de hoje

A sessão que analisará o parecer da Comissão do Impeachment recomendando a abertura do processo no Senado vai ocorrer em três blocos: das 9h às 12h, das 13h às 18h e das 19h até o final da votação. Até as 23h de ontem, 68 senadores já estavam inscritos para falar. Depois deles, o relator da comissão especial, Antonio Anastasia, usará a palavra. Em seguida, falará o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, em defesa de Dilma Rousseff.

Finalmente, a votação será aberta no painel eletrônico. Para ser aprovado, o relatório precisa da maioria simples (metade mais um), presentes pelo menos 41 senadores. Caso o Plenário admita a abertura de processo contra Dilma, ela terá de se afastar do cargo por até 180 dias, sendo substituída interinamente pelo vice, Michel Temer. O Senado passará, então, a analisar o mérito da denúncia por crime de responsabilidade contra a presidente da República. **5**

Delcídio perde o mandato por 74 votos a 0

Com 74 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção, o Senado cassou ontem o mandato do senador Delcídio do Amaral, ex-líder do governo acusado de abusar das prerrogativas de parlamentar ao atrapalhar investigações da Operação Lava Jato. Delcídio, que estava sem partido e cumprindo o segundo mandato como senador, não participou da sessão de ontem nem enviou advogados.

A vaga de Delcídio deve ser preenchida pelo suplente Pedro Chaves, filiado ao PSC. Ele é empresário do ramo educacional, já foi reitor de universidade e entrou na política em 2010, quando foi candidato à suplência na chapa de Delcídio. O mandato vai até 2019.

Delcídio foi julgado pelo Conselho de Ética do Senado, acusado de ter negociado a fuga do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró para evitar possível colaboração premiada com a Polícia Federal. **3**

RESULTADO	DESCRIÇÃO	ORIENTAÇÃO DAS LIDERANÇAS	
SIM 74	Decreta a perda de mandato do Senador Delcídio do Amaral.	PMDB	PTB
NÃO 0		PSDB	PCdoB
ABSTENÇÃO 1		PT	PPS
PRESIDENTE 1		PSB	PRB
QUORUM 76		PP	PSC
Votação Aberta		DEM	REDE
		PR	PV
		PSD	PTC
		PDT	Governo

AMAPÁ		
João Capiberibe	PSB	S
Randolfi Rodrigues	REDE	S
Davi Alcolumbre	DEM	S

AMAZONAS		
Eduardo Braga	PMDB	S
Vanessa Grazziotin	PCdoB	S
Omar Aziz	PSD	S

BAHIA		
Lídice da Mata	PSB	S
Walter Pinheiro	-	S
Otto Alencar	PSD	S

Painel eletrônico mostra resultado da votação no Plenário do Senado, em sessão extraordinária na qual poucos senadores fizeram pronunciamentos

Beto Barrato/Agência Senado

Ceará e cidades gaúchas obterão empréstimos **7**

Vai para sanção regra para seguro de exportações **4**

Estado poderá usar dinheiro de fundo como caução **7**

Avança proposta que protege dados pessoais **8**

A edição de amanhã será fechada só após a votação do impeachment, o que pode afetar o horário de distribuição



Romero Jucá, relator da CPI do Futebol, diz que o relatório contém propostas para melhorar a gestão do esporte no país

Jucá entrega relatório da CPI do Futebol e provoca debate

Presidente da comissão de inquérito, Romário afirmou que ainda é cedo para relator apresentar documento e defendeu que colegiado trabalhe até o prazo se encerrar, no final de agosto

O RELATOR DA CPI do Futebol, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem no Plenário que entregou o relatório ao presidente da comissão parlamentar de inquérito, senador Romário (PSB-RJ). Jucá pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a publicação e a distribuição de cópias do documento a todos os senadores.

— Na minha visão, com uma série de proposições e regras mais duras, vamos melhorar o futebol brasileiro e controlar o gasto e a governança do setor. Também vamos melhorar tanto o combate à corrupção quanto a transparência no futebol — explicou Jucá.

Romário lembrou que a CPI tem prazo de funcionamento até 31 de agosto e afirmou

ainda “existem algumas coisas a serem feitas”, como ouvir convidados.

Em resposta, Jucá disse que o relator tem o direito de apresentar o relatório quando entender que já tem elementos e informações suficientes. O senador acrescentou que vai enviar o relatório ao Ministério Público e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), com os documentos colhidos na CPI.

— Meu relatório está pronto e em condições de ser publicado — afirmou.

Apesar dos protestos do presidente da CPI, Renan disse que Jucá seria atendido.

Romário disse entender que este não é o momento certo de o relatório ser apresentado, apesar de acreditar que se tra-

ta de “um brilhante relatório”. Romário, porém, lembrou que, se o relatório não foi votado na CPI, ele não será válido. Ele destacou que o envio do relatório a órgãos externos só pode ser feito se o documento for aprovado na CPI.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lembrou que a CPI pode continuar os trabalhos e até mesmo apresentar outro relatório.

Romário ainda pediu que Renan pautasse o recurso de Randolfe, que pede uma definição sobre as convocações de Ricardo Teixeira, ex-presidente da CBF, e de Marco Polo Del Nero, presidente licenciado da entidade. Segundo Romário, a falta de definição sobre esse recurso está paralisando a CPI.

Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-geral da Mesa

Jefferson Rudy/Agência Senado

“Foi exemplo de parlamentar”, diz Viana a respeito de Luiz Henrique, morto há 1 ano

Jorge Viana (PT-AC) lembrou o primeiro aniversário da morte do senador Luiz Henrique. Foi em 10 de maio de 2015 que o parlamentar de Santa



Jane Araújo/Agência Senado

Catarina morreu, aos 75 anos. Viana disse que apresentará um pedido de voto de pesar.

— Um exemplo de figura humana, de gestor público, de parlamentar, de democrata que deixou um legado fantástico da boa política.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que Luiz Henrique era

exemplo de política de alto nível. Walde- mir Moka (PMDB-MS) destacou a simplicidade dele. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) elogiou

a capacidade de agregação. Na visão de José Maranhão (PMDB-PB), era justo, autêntico e cordial. Dário Berger (PMDB-SC) disse que era “afilhado” de Luiz Henrique. Senadores como Dalfriso Beber (PSDB-SC) — que era suplente de Luiz Henrique — se associaram à homenagem.

Ana Amélia cobra nova regra para partilha de tributos entre União, estados e municípios

Ana Amélia (PP-RS) registrou a realização da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que se encerra amanhã, e cobrou no Plenário um compar-



Jefferson Rudy/Agência Senado

tilhamento mais solidário da arrecadação tributária entre União, estados e municípios.

Segundo ela, os municípios estão pressionados pelo excesso de encargos e enfrentam o desafio de fechar suas contas. Ana Amélia lembrou que, a cada ano, milhares de prefeitos se reúnem em Brasília

clamando por uma agenda que, para ela, já deveria ter sido resolvida. Ela cobrou ação do Senado para reduzir a dependência de estados e municípios em relação à União.

— Vivemos uma crise federativa sem precedentes, uma desarmonia entre União, estados e municípios. Mas não é por problema dos gestores. É pela estrutura, que precisa ser revista na construção de uma engenharia política adequada a esse novo pacto federativo.

Projeto prevê que resoluções do Contran dependam de consulta pública para valerem

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está pronta para votar, em decisão terminativa (sem necessidade da posterior aprovação do Plenário), um projeto que obriga o Conselho Nacional de Trânsito a submeter suas resoluções a consulta pública.

O PLS 693/2015 é de Marta Suplicy (PMDB-SP), que afirmou já serem diversos os episódios em que o Contran

adota uma posição para tempos depois revogá-la. Como exemplo, citou a resolução que obrigava o uso do extintor de incêndio ABC nos carros.

— Após um longo processo, que incluiu a exigência da troca dos modelos BC para o ABC, o colegiado adiou três vezes a entrada em vigor da obrigatoriedade, para enfim chegar à conclusão de que nenhum dos dois é obrigatório.

Senado esclarece manuseio de documentos da CPMI dos Correios

Em relação à nota “Alvos de inquérito, documento da CPMI dos Correios são levados do Senado”, publicada no jornal *O Globo*, a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal presta os seguintes esclarecimentos:

1. No último dia 5 do corrente, quinta-feira passada, por volta das 16h, foi feito o transporte de 46 caixas da chamada CPMI dos Correios (RQN 3/2005), da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito (Coceti), localizada no Anexo 2, para a Coordenação de Arquivo (Coarq), que funciona na chamada área administrativa, externa ao prédio principal do Congresso;
2. As referidas caixas saíram pelo final do corredor da Ala Nilo Coelho, conectado a uma área de serviços por onde podem transitar veículos de maior porte. Uma entrada normal, que dá acesso a gabinetes de senhores senadores e que, portanto, não é secreta;
3. Os volumes tinham sido deslocados do Arquivo para a Coceti, órgão técnico responsável pelo acervo das CPIs, de modo a atender demanda apresentada pelo gabinete do senador Aécio Neves, consolidada

em ofício recebido pela Secretaria-Geral da Mesa no dia 3 de maio do corrente;

4. Como se sabe, com a edição da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, os órgãos públicos em geral, e o Senado Federal não é exceção, são obrigados a fornecer certidões e cópias de documentos, quando solicitados, nos termos da lei;

5. Esclarecemos que a manipulação dos documentos arquivados da CPMI, para atender o pleito aludido, ficou sob a responsabilidade exclusiva da Coceti. Em nenhum momento pessoas estranhas ao setor tiveram acesso a esses documentos;

6. Todos os documentos da CPMI, que compõem quase mil caixas, estão devidamente depositados em área própria e especializada da Casa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Impeachment

9h Sessão destinada à deliberação sobre a admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff.

PRESIDÊNCIA Impedimento de Dilma Rousseff

9h Renan Calheiros dirige análise do impeachment. Com intervalos, sessão será retomada às 13h e às 19h.

MP 706/2015 Votação do relatório

10h Votação do relatório da medida provisória que dispõe sobre concessões de energia elétrica.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **sessão de análise da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Com 74 votos favoráveis e 1 abstenção, senadores consideraram que o ex-líder do governo abusou de suas prerrogativas como parlamentar ao atrapalhar a Operação Lava Jato

Senado cassa mandato de Delcídio do Amaral

OS SENADORES DECIDIRAM ontem cassar o mandato de Delcídio do Amaral, que estava sem partido e representava Mato Grosso do Sul. Foram 74 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção, de João Alberto Souza (PMDB-MA). O primeiro suplente de Delcídio, Pedro Chaves dos Santos Filho, será chamado a tomar posse como senador.

Durante a sessão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou a defesa de Delcídio diversas vezes. No entanto, o então senador não compareceu nem enviou advogados.

Ao decidir pelo afastamento, o Senado acatou o PRS 29/2016, aprovado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no começo de maio.

O relator do processo contra o ex-senador no colegiado, Telmário Mota (PDT-RR), considerou ser pacífico ter havido abuso das prerrogativas constitucionais quando Delcídio tentou tumultuar os trabalhos da Operação Lava Jato da Polícia Federal.

A denúncia foi de que Delcídio, então líder do governo no Senado, negociou a fuga do ex-diretor da Área Internacional



Plenário do Senado decidiu ontem pela perda do mandato de Delcídio do Amaral, que não compareceu à sessão

da Petrobras Nestor Cerveró, para evitar uma possível colaboração premiada com a operação da polícia. Em troca do silêncio, seriam oferecidos R\$ 50 mil mensais à família de Cerveró. A combinação foi feita com o filho do ex-diretor da estatal, Bernardo Cerveró, que gravou as conversas e as encaminhou às autoridades.

Prisão

Em novembro de 2015, Delcídio foi o primeiro senador a ser

preso no exercício do mandato sob regime democrático. O motivo da prisão preventiva, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foi obstrução da Justiça.

Delcídio desfilou-se do PT. Foi solto em fevereiro deste ano, após uma delação premiada na qual acusou dezenas de políticos, funcionários públicos, lobistas e empresários.

O processo contra Delcídio do Amaral foi pedido pela Rede da Sustentabilidade e

o Partido Popular Socialista (PPS). A representação chegou ao Senado em primeiro de dezembro do ano passado, uma semana após o ex-senador ter sido preso.

Defesa

Telmário garantiu ao Plenário que a Delcídio foi dado o amplo direito de defesa no Conselho de Ética, mas o ex-senador não compareceu para apresentar sua versão. O relator explicou também que o julgamento no conselho correu em paralelo com o que está na esfera penal, mas são processos distintos.

— No Senado, importa mais que tudo o prejuízo causado à dignidade do Poder Legislativo pelo comportamento indevido de um membro desta Casa, notoriamente incompatível com a ética e o decoro esperados de um senador da República — declarou Telmário.

Como nem Delcídio nem seus advogados compareceram ao Senado ontem, Renan designou como defensor dativo o diretor da Consultoria Legislativa do Senado, Danilo Aguiar. O consultor leu os argumentos enviados pela defesa, enumerando críticas ao processo por quebra de decoro e alegando erros de procedimento. Entre os fatos considerados como irregularidades na argumentação, está a negativa de convocação de testemunhas de defesa, a continuidade do processo durante licença médica de Delcídio e a suspeição do relator no Conselho de Ética.

Ao longo da tramitação do processo, Delcídio só depôs à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que julgou, na segunda-feira, os aspectos constitucional, legal e jurídico da recomendação de cassação. Foi aprovado o relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), favorável à continuidade do processo.

Na CCJ, Delcídio reconheceu

que cometeu um erro ao conversar com Bernardo Cerveró e pediu perdão à sociedade.

— Não roubei, não desviei dinheiro, não tenho conta no exterior. Estou sendo acusado de obstrução de Justiça. Peço desculpas, errei, mas agi a mando. Assumo a responsabilidade pelos meus erros — disse.

Constrangimento

Poucos senadores se pronunciaram na sessão do Plenário em que foi cassado o mandato.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a conduta de Delcídio constrangeu o Senado e feriu a Constituição, pois o ex-senador não se reuniu com Bernardo Cerveró como um cidadão comum, mas ofereceu vantagens a partir da sua condição de senador.

— Este não é um momento confortável para nenhum de nós, mas me parece incontestável que a dignidade do Senado da República foi afrontada e atingida pelo comportamento de Delcídio do Amaral — disse. Roberto Rocha (PSB-MA) admitiu ser uma tarefa ingrata votar pela cassação de um colega, mas avaliou que a afirmação do ex-senador de ter agido “a mando” não diminuiu a responsabilidade do ato.

— Faltou-lhe justamente aquilo que caracteriza o decoro, ou seja, a decência, a dignidade, a honestidade — afirmou Rocha.

Ferraço também garantiu que foi dado ao senador cassado o amplo direito de defesa e o contraditório.

José Medeiros (PSD-MT) afirmou que Delcídio passou a ser atacado após fazer a delação premiada. E considerou que, “apesar de algumas vezes tardar, a Justiça não falha”.

— Se houve um crime, foi crime de mando no exercício da liderança do governo. Ao fazer o seu trabalho, Delcídio foi demonizado — disse.

Segundo Donizeti Nogueira (PT-TO), quem ouviu as gravações da conversa entre Delcídio e o filho de Nestor Cerveró percebeu que a grande preocupação do ex-parlamentar era com a questão da compra de sondas para Petrobras no período anterior ao governo do ex-presidente Lula (Delcídio foi diretor de Gás e Energia da Petrobras entre 2000 e 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso).

— É imprudência, do meu ponto de vista, vir aqui e reforçar essa tese de que o processado agiu a mando e citar o nome da presidente Dilma Rousseff. Eu acho isso de uma irresponsabilidade muito grande — afirmou.

De líder a terceiro senador cassado

Delcídio do Amaral Gomez era, até novembro do ano passado, o líder do governo no Senado. Perdeu o posto quando foi preso no dia 25 daquele mês. Apesar de ter sido solto em 19 de fevereiro, Delcídio nunca mais retomou as funções parlamentares. Foi o terceiro senador cassado na história do Congresso.

O primeiro foi Luiz Estevão (PMDB-DF), em 28 de junho de 2000, acusado de desvio de verba pública na construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT)

da 2ª Região (São Paulo).

O segundo foi Demóstenes Torres (sem partido-GO), em 11 de julho de 2012, suspeito de envolvimento com o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

No caso de Delcídio, a cassação do mandato foi a segunda decisão do Senado sobre o destino do ex-parlamentar. A primeira foi quanto à autorização para a prisão, por obstrução da Justiça. A votação em Plenário aconteceu na mesma noite da detenção do então senador.

Com 59 votos favoráveis,

13 contrários e 1 abstenção, os senadores acolheram a decisão do ministro do STF Teori Zavascki, e Delcídio permaneceu detido de 25 de novembro de 2015 até 19 de fevereiro deste ano.



Delcídio foi senador de 2003 a 2011 e desde então estava no 2º mandato

Suplente, Pedro Chaves atua na educação

O primeiro suplente de Delcídio Amaral é o empresário Pedro Chaves dos Santos Filho, filiado ao PSC. Ele atua no ramo da educação e entrou na política em 2010, quando foi candidato à suplência na chapa de Delcídio.

Chaves é casado e nasceu em 1940, em Campo Grande. Formado em economia e engenharia econômica pela Unicamp, é mestre em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

A carreira de empresário começou em 1971, quando assumiu a direção de uma

escola particular de Campo Grande. Anos depois, criou o Centro de Ensino Superior de Campo Grande (Cesup), transformado mais tarde na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp). Foi reitor da Uniderp até outubro de 2006, quando a vendeu para o grupo Anhanguera Educacional, de São Paulo.

Em novembro de 2013, assumiu a Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais de Campo Grande.

Atualmente, é vice-presidente da Associação Comer-

cial e Industrial de Campo Grande, conselheiro do Instituto Sul-Mato-Grossense de Ensino Superior e diretor do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

O mandato que Chaves deve assumir dura até 2019.



Chaves é empresário desde 1971 e foi reitor de uma universidade

Senado aprova seguro à exportação agrícola

Projeto de lei de conversão permite o uso do Fundo de Garantia à Exportação para segurar produtos agropecuários, benefício concedido antes somente ao setor de defesa

O SENADO APROVOU ontem a medida provisória que facilita a concessão de seguro na exportação de produtos agrícolas sujeitos a cotas de importação em outros países. A MP 7011/2015, transformada no Projeto de Lei de Conversão 7/2016, permite o uso de recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para a concessão de seguro nas exportações de produtos agrícolas. Antes da edição da MP, só as empresas do setor de defesa tinham esse benefício. O texto segue para a sanção.

Inicialmente, a medida estendia o benefício do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) apenas a produtos agrícolas, mas o relator da matéria na comissão mista, o ex-senador Douglas Cintra, estendeu a possibilidade também a produtos agropecuários.

As cotas funcionam como uma espécie de limitador para a importação de determinado produto. A partir de certa quantidade, a tarifa paga para o produto entrar no país aumenta.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o FGE tem cobertura de US\$ 28 bilhões e margem para aprovar outros US\$ 7 bilhões. O dinheiro do fundo poderá ser usado de três maneiras. A primeira para garantir a cobertura concedida por bancos às empresas, quando o comprador do outro país não puder honrar as obrigações definidas no contrato comercial. A segunda como garantia de reembolso de adiantamento, quando a empresa exportadora que recebeu recursos antecipadamente não pôde honrar o contrato. Por fim, para garantir os termos e condições de oferta.

Os riscos cobertos são classificados em eventos de natureza política (como moratória do país e guerra), comercial (como atrasos e falência do importador) e extraordinária (terremotos). O preço do prêmio é calculado sobre o valor principal financiado na operação, considerando variáveis como o país do devedor, tipo, natureza do risco, prazo total do financiamento e capacidade financeira do devedor.

Relator da matéria em Ple-



Porto de Paranaguá, por onde sai boa parte do milho e do açúcar brasileiros: produtos serão beneficiados pela medida

nário, o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) destacou que a medida vai beneficiar principalmente o setor sucroalcooleiro do Brasil, que emprega centenas de milhares de pessoas nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, atingidos pelo preço do álcool nos últimos anos.

Avanços

O senador Armando Monteiro (PTB-PE), que ocupava o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior quando a MP foi editada, assegurou que ela está alinhada com o Plano Nacional de Exportação e possibilita ao Brasil estar integrado às melhores práticas internacionais.

— É um importante avanço para o desenvolvimento de um sistema de crédito à exportação que possa corresponder às aspirações do Brasil de ser um país com mais inserção no comércio internacional.

A MP autoriza seguradoras e organismos internacionais, como a Agência Multilateral de Garantia do Investimento (AMGI), a oferecer o seguro. O objetivo é ampliar o leque de agentes e compartilhar o risco com essas outras instituições, contribuindo para a abertura

de mercados.

Durante a análise pelo Congresso, os parlamentares acrescentaram à lista as resseguradoras e os fundos de investimento que financiam a produção de bens destinados à exportação, além de assegurar tratamento diferenciado a micros e pequenas empresas.

Outro caso de garantia de riscos incluído pelo relator da MP é para as exportações estrangeiras de bens e serviços, desde que associadas a exportações brasileiras ou que contenham componentes produzidos ou serviços prestados por empresas brasileiras. Para isso, deverá haver o compartilhamento de risco com agências de crédito à exportação estrangeiras, seguradoras, resseguradoras, bancos e organismos internacionais.

O texto também foi alterado pelo Congresso para possibilitar o uso do SCE no caso de produtos nacionais que não saírem do território brasileiro. Para isso, a venda, efetivada em moeda nacional ou estrangeira, deve ser realizada para empresa com sede no exterior ligada a atividades de pesquisa ou lavra de jazidas de petróleo e de gás natural no país.

Nessa situação e nas exportações estrangeiras associadas

às nacionais, o texto aprovado prevê o compartilhamento de risco entre a União e agências de crédito à exportação e outras instituições estrangeiras. O compartilhamento cobre riscos comerciais, políticos e extraordinários no âmbito de uma mesma operação de crédito à exportação, independentemente do país de origem.

A União poderá conceder garantia às exportações brasileiras e às operações de crédito à exportação compostas por exportações nacionais e estrangeiras. Nesse último caso, deverá ser na proporção das exportações estrangeiras com cobertura da União.

Riscos

O texto aprovado também permite à União oferecer garantia, com recursos do FGE, nas operações de seguro de investimento no exterior contra riscos políticos e extraordinários. O seguro de investimento ocorre para prover indenizações a empresas brasileiras que tenham decidido investir em outros países nos quais o empreendimento não pôde continuar devido a problemas políticos ou extraordinários.

O texto define como suscetíveis de contar com esse tipo de seguro os empreendimentos

de longo prazo, com cobertura que poderá incluir os empréstimos junto a bancos nacionais ou estrangeiros.

Com a possibilidade de oferecimento de garantia com o compartilhamento de riscos entre a União e agências de seguro estrangeiras, o texto permite à União conceder mandato a essas agências e a outras instituições para a cobrança judicial e extrajudicial de créditos decorrentes do pagamento de indenizações. Da mesma forma, a União também poderá receber mandato de agências de crédito à exportação estrangeira.

Outra facilidade para estimular o funcionamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) é a permissão para a União integralizar cotas do fundo com bens imóveis ou direitos reais de bens imóveis pertencentes à União.

Cobrança

Além disso, o projeto dispensa a União de cobrar judicialmente créditos devidos por importadores que receberam garantias do SCE e não cumpriram as obrigações contratuais. Mas a dispensa só ocorrerá quando a recuperação for considerada inviável, ou seja, quando o custo dos procedimentos necessários à cobrança for maior que o valor a ser recuperado. A estimativa é de que o estoque de créditos de difícil recuperação chegue a US\$ 11 milhões.

Durante a votação no Plenário, Aécio Neves (PSDB-MG) pediu que, uma vez que a matéria não poderia ser alterada ou retornaria à Câmara dos Deputados podendo perder sua validade, o governo levasse em consideração a emenda que apresentou, mas que não pode ser acolhida.

A emenda exigia a divulgação, em até 15 dias, das decisões aprovadas pelo FGE, com informações sobre a concessão de seguro de crédito às exportações e de prestação de garantia pela União. Fernando Bezerra Coelho prometeu incluir a sugestão em uma outra proposição que venha a ser apreciada na Casa.

(Com informações da Agência Câmara)

Comissão de Barragens terá 30 dias para concluir trabalho

O Plenário também aprovou ontem o Requerimento 332/2016, que trata da prorrogação por mais 30 dias da Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens. O pedido foi feito por Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator do colegiado.

O objetivo da comissão é avaliar a Política Nacional da Segurança de Barragens e do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010).

De acordo com o senador, a comissão vem buscando entender as

causas do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), bem como identificar possíveis pontos na legislação que podem ser aprimorados para evitar falhas e prevenir que desastres como aquele voltem a acontecer.

— Devido à relevância do tema, bem como à complexidade do momento que vive o país, torna-se necessária a prorrogação para que os trabalhos possam ser concluídos com a maior qualidade possível — argumentou.

Votação de impeachment deve passar de 15 horas

A partir das 9h, senadores contra e a favor, relator do processo e defesa da presidente Dilma poderão discursar por até 15 minutos cada um. Em seguida, votação será aberta

A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA para votar a instauração do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff começa hoje às 9h. Os oradores inscritos, contra e a favor do parecer da Comissão Especial do Impeachment, falarão alternadamente por até 15 minutos cada um e apenas uma vez. Não será permitida orientação da bancada pelos líderes e também não serão permitidos apertes.

— Como esse é um julgamento, qualquer orientação de líderes ajudaria a partidizar o assunto, o que não é bom que aconteça — disse o presidente

do Senado, Renan Calheiros. Até as 23h de ontem, já estavam inscritos 68 senadores. Como cada um terá 10 minutos para discutir e mais cinco minutos para encaminhar o voto, a expectativa é que sejam mais de 15 horas de sessão, dividida em três blocos: das 9h às 12h; das 13h às 18h; e das 19h até o fim da votação.

Renan advertiu os senadores sobre a impossibilidade de eles falarem mais do que o tempo determinado, pois os microfones das duas tribunas desligarão automaticamente ao final dos 15 minutos.

Depois das inscrições, o

relator da comissão especial, Antonio Anastasia (PSDB-MG), usará a palavra por 15 minutos. Em seguida, falará o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, que defende Dilma, também por 15 minutos.

Finalmente, a votação será aberta no painel eletrônico. Para ser aprovado, o relatório precisa da maioria simples (metade mais um), presentes pelo menos 41 senadores. Renan não quis antecipar o prazo para a notificação de Dilma, que deve ser feita pelo primeiro-secretário, caso a decisão seja pelo afastamento

da presidente.

Renan também afirmou que pretende ter com Michel Temer, caso este assuma a Presidência da República, a mesma relação que possui atualmente com Dilma, “de muita independência, mas especialmente de harmonia”.

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), que sofreu uma ameaça de AVC na semana passada, aguarda definição médica se ela voltará ou não a Brasília para participar da votação hoje. O resultado dos exames que a parlamentar fez ontem deve ser liberado até as 14h.

TV, RÁDIO E AGÊNCIA FARÃO TRANSMISSÃO AO VIVO

A Rádio Senado abre a cobertura especial da sessão às 7h, com o programa *Conexão Senado*, que trará entrevistas com senadores e conteúdo exclusivo sobre a votação. A partir das 8h, haverá flashes ao vivo, direto do Plenário. Na TV Senado, o programa *Senado Agora* começa às 8h30, com entrevistas e movimentação em torno da decisão. No estúdio, o consultor legislativo Gilberto Guerzoni analisa o processo. Às 9h, a sessão passa a ser exibida ao vivo pela Rádio, pela TV e também pela Agência, por meio do link da TV no YouTube. Ao longo do dia, Rádio, TV e Agência farão balanços sobre o andamento da sessão.

Alvaro condena o governo por apresentar recursos no STF e em tribunais internacionais

Alvaro Dias (PV-PR) criticou o governo pela tentativa de anular o impeachment da presidente Dilma Rousseff por meio de recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF). Para o senador, um suposto recurso a tribunais internacionais seria ainda mais desrespeitoso e contribuiria para manchar a imagem do Brasil diante do mundo.

— Todos os procedimentos adotados no rito na Câmara foram avalizados pelo STF. O processo seguiu a Constituição, o Regimento Interno da Câmara e a jurisprudência firmada em 1992, no impeachment do então presidente Fernando Collor — disse.



Vanessa reafirma que Senado deveria ter interrompido análise de afastamento

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o Senado deveria ter sustado a análise do impeachment devido à decisão do presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão, de suspender a sessão em que os deputados aceitaram acusações contra Dilma, anulação que foi suspensa pelo próprio deputado na noite de segunda-feira.

Ela concorda com análise de dois professores publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*. Para eles, a decisão do Senado é problemática e equivocada, pois, diante da anulação pela Câmara, todas as ações do processo no Senado deveriam ser consideradas nulas.



Caiado celebra continuidade do processo e afirma que não há vícios na tramitação

Ronaldo Caiado (DEM-GO) elogiou decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, que determinou a tramitação normal do processo de impeachment da presidente Dilma.

Caiado destacou que a divulgação da notícia de suspensão do processo pelo presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão, provocou a ação de integrantes de movimentos sociais por todo o país, com bloqueio de estradas e avenidas, além da invasão de propriedades rurais.

Para ele, o processo não apresenta qualquer vício ou irregularidade que impeça o trâmite normal.



Segundo Fátima, Dilma vai pedir mandado de segurança

A presidente Dilma Rousseff deve entrar com um recurso no Supremo Tribunal Federal para pedir a suspensão do impeachment, disse Fátima Bezerra (PT-RN).

No mandado de segurança, a ser apresentado pela Advocacia-Geral da União, será alegado que houve desvio de finalidade na decisão do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de dar prosseguimento ao pedido de impeachment contra Dilma. Segundo a senadora, Cunha teria aceito o pedido apenas por vingança, pois havia rompido com o governo.



Magno Malta censura conduta do deputado Waldir Maranhão

Magno Malta (PR-ES) elogiou a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, que determinou, na segunda-feira, o seguimento do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Para o senador, o presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão foi usado pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, para tentar anular a votação do impeachment.

— Se o PT falou de golpe sem saber o que que era, olha só, receberam um golpe de Maranhão. Teria sido alguma espécie de vingança? — questionou.



Lúcia Vânia: parecer de Anastasia mostra atenção às contas públicas

Na análise de Lúcia Vânia (PSB-GO), o parecer do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), favorável à admissibilidade das denúncias contra a presidente Dilma Rousseff, “é imparcial e se ateu aos requisitos formais exigidos pelo processo”.

— Após esse relatório, espero que os agentes públicos entendam que a saúde fiscal do Estado brasileiro efetivamente baliza o que irá nortear um novo país. É preciso que saibamos que o país não aguenta mais conviver com o desmando e, principalmente, com a irresponsabilidade com as contas públicas — disse.



Bauer pede que senadores votem pela admissibilidade

Paulo Bauer (PSDB-SC) afirmou ontem que a presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade. Pare ele, é falsa a acusação de que o impeachment é um golpe de Estado.

Para Bauer, as pedaladas fiscais e os decretos de crédito sem autorização do Congresso ofendem a lei e a gestão do dinheiro público. Por isso, ele pediu aos senadores que votem pela continuidade do processo.

— Não há mais condição de vivermos com inflação superior a 10%, com 12 milhões de desempregados, com obras públicas que não andam.



Constituintes criticam o processo de afastamento

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) recebeu ontem os deputados constituintes de 1988 Nelton Friedrich e Haroldo Sabóia, que criticaram o processo de impeachment.

— A democracia está em perigo, mas um perigo sofisticado, que não se traduz em armas e quartéis. Estão se apropriando de um discurso democrático para fazer, por exemplo, a retirada de direitos sociais — disse Friedrich, que foi constituinte pelo PMDB do Paraná.

Sabóia criticou, por sua vez, a atuação da mídia e disse que o país nunca teve uma concentração tão grande de poder nos meios de comunicação.

— No Estado Novo e também na ditadura, havia uma rede de jornais clandestinos e até resistência dentro da grande mídia. Hoje o noticiário é o mesmo. É um horror — lamentou o

ex-deputado maranhense, que também foi constituinte pelo PMDB.

A comissão recebeu da psicóloga Luíza Pereira, representante do Coletivo Iara Iavelberg, uma carta aberta condenando o possível impedimento de Dilma. O documento será encaminhado a todos os senadores pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

Segundo o coletivo, formado por psicólogos e estudantes de psicologia, numa democracia, insatisfações com o projeto político-econômico de um governo não justificam sua deposição. E a presidente, lembraram eles na carta, foi eleita com 54 milhões de votos legítimos.

Após ouvir os constituintes e Luíza Pereira, Paulo Paim abriu a segunda reunião do dia. Dessa vez, para debater com sindicalistas. As audiências

marcaram o fim do ciclo de debates sobre democracia e direitos humanos realizado pela comissão. Paim lembrou que, embora o ciclo estivesse encerrado, o assunto continuará em debate:

— Ninguém tem dúvida de que a admissibilidade vai passar, mas o processo continua nos próximos meses com a avaliação do mérito, quando serão necessários votos de dois terços dos senadores — acrescentou.

Revogação

A Secretaria-Geral da Mesa do Senado recebeu ontem ofício do presidente da Câmara, Waldir Maranhão, em que ele comunica ter revogado a própria decisão, tomada na segunda-feira, de anular as sessões daquela Casa que aprovaram a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Lasier teme fim do Ministério de Ciência e Tecnologia

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Lasier Martins (PDT-RS), lamentou ontem a possível fusão dos Ministérios de Ciência e Tecnologia e das Comunicações. Segundo a imprensa, o vice-presidente Michel Temer — que pode assumir o governo no caso de impedimento da presidente Dilma — teria oferecido ao PSD esse novo ministério.

Para Lasier, se a notícia for confirmada, o possível governo Temer transformaria a pasta de Ciência e Tecnologia em um “puxadinho” do Ministério das Comunicações.

Lasier tem criticado reiteradamente a falta de prestígio do setor de ciência e tecnologia no atual governo.

Beto Barreto/Agência Senado



Pela quarta vez, relatório do deputado Paulo Teixeira (D) não foi votado; na opinião do senador Benedito de Lira (C), momento político prejudicou a análise

MP da leniência não é votada em colegiado e pode perder validade

De autoria do Poder Executivo, texto é contestado por parlamentares, pelo Ministério Público e por órgãos de controle

A MEDIDA PROVISÓRIA 703/2015, que modificou as regras para os acordos de leniência entre a administração pública e empresas acusadas de cometer irregularidades, perderá a validade e não será votada por falta de acordo. A previsão é do presidente da comissão mista que analisa a MP, Benedito de Lira (PP-AL).

— A bem da verdade, acho que ela morreu, perdeu sentido — disse o senador.

Segundo ele, a dificuldade veio da polêmica da proposta alvo de contestações de parlamentares, do Ministério Público e de órgãos de controle, e do momento político com a iminência da votação do afastamento da presidente da República, Dilma Rousseff, que editou a MP 703.

Falta de consenso

Essa foi a quarta reunião para tentar votar o relatório do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), mas sem sucesso. A MP perde o prazo em 29 de maio.

O líder do governo no Senado, José Pimentel (PT-CE), fez um mea culpa em não conseguir um acordo mínimo.

— Preciso confessar minha incapacidade de chegar a um consenso. Sugiro buscar isso em outro momento.

Vários parlamentares criti-

caram o texto por não prever uma participação maior do Ministério Público nos acordos de leniência. Para o deputado Efraim Filho (DEM-PB), o momento político contamina o resultado da comissão mista e impede o avanço do trabalho.

— Por meio de um debate mais amplo, que permita amadurecer as sugestões, poderemos ter legitimidade para apresentar esse instrumento para a sociedade — afirmou o deputado, que defendeu a análise dos projetos em tramitação na Câmara sobre o tema.

Inconstitucional

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que o texto não deve ser votado enquanto há uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sobre a MP, em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

— Corremos o risco de apreciar uma matéria e ela ser derrubada por essa ADI. O fato de garantir empregos não justifica a leniência — disse.

A Procuradoria-Geral da República afirma que a medida provisória é inconstitucional e recorreu ao STF argumentando que não há demonstração do requisito de urgência constitucional para sua edição.

Paulo Teixeira defendeu o relatório. A experiência inter-

nacional, disse o deputado, trabalha o acordo de leniência para preservar empregos, a partir do combate à corrupção e do desenvolvimento econômico das empresas que cometeram ilícitos.

— Vários parlamentares vieram me cumprimentar dizendo o seguinte: eu concordo com o seu relatório, o problema é o momento. O momento é conturbado — revelou.

Punição

Teixeira acredita que há uma visão punitiva por parte dos integrantes da comissão mista sobre o uso da leniência. Teixeira ressaltou que, atualmente, há quase 9 mil empresas inabilitadas para trabalhar com o Estado. Para ele, esse número indicaria a necessidade de se revisar as regras de leniência.

O texto mantém todas as competências do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União (TCU) previstas na Lei de Combate à Corrupção. O relator reafirmou, porém, que é contra a presença do Ministério Público em todas as etapas do acordo de leniência. Segundo ele, o acordo deve ser celebrado apenas entre o órgão público lesado e a empresa.

O texto impede novas ações

contra as empresas, modificando a Lei de Combate à Corrupção. Elimina assim a interdição da empresa para novos contratos públicos e a proibição de receber empréstimo de bancos públicos. O relatório também evita que haja outra multa fora do acordado com a administração pública. Essa é, segundo o relator, uma vantagem para as empresas celebrarem esse acordo.

Já a Lei Anticorrupção sujeita as empresas, mesmo com acordo celebrado, a punições em medidas judiciais propostas pelo Ministério Público.

Nova proposta

Uma nova proposta sobre acordo de leniência foi apresentada ontem por parlamentares do DEM e PPS. Trata-se do Projeto de Lei 5.208/2016, que tem o apoio de vários juristas e foi subscrito por deputados dos dois partidos.

Segundo o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), a advocacia pública, o Ministério Público e o Judiciário devem fazer parte dessa celebração de acordos, o que não é previsto no texto atual.

Outro projeto sobre o tema (PL 3.636/2015, do Senado) está em análise em uma comissão especial da Câmara.

(Da Agência Câmara)

Quatro comissões têm reuniões canceladas

O PP e o PMDB não conseguiram chegar a um acordo e por isso a reunião de ontem da Comissão Mista de Orçamento (CMO), em que seria eleito o novo presidente do colegiado, foi suspensa pelo deputado Simão Sessim (PP-RJ). Sessim marcou uma nova reunião da CMO para terça-feira.

Já a votação do relatório da Medida Provisória (MP) 706/2015, que trata da prorrogação de concessões no setor elétrico, passou para hoje. Ontem a falta de consenso impossibilitou a reunião da comissão mista encarregada de emitir parecer à proposta, cujo prazo de vigência, já prorrogado, esgota-se em 31 de maio. A MP 706/2015 estabelece o prazo de até 210 dias para que o concessionário de distribuição de energia elétrica assine o contrato de concessão ou o termo aditivo, a partir da decisão do poder concedente pela prorrogação.

A reunião da Comissão de Transparência e Governança também foi cancelada. A pauta trazia o projeto que estabelece regras mais transparentes para gastos pessoais da Presidência da República (PLS 62/2014), de autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). Uma nova reunião deve ser marcada na próxima semana. Também estava na pauta a apreciação de dois requerimentos do senador João Capiberibe (PSB-AP), com pedidos de realização de audiências públicas.

Por fim, foi cancelada, por falta de quorum, a audiência da comissão mista que analisa a MP 714/2016, que aumenta a possibilidade de participação estrangeira nas companhias aéreas brasileiras e extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária a partir de 2017. A audiência estava marcada para as 14h30 de ontem. Ainda não há uma nova data definida para a próxima reunião.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Marcus Oliveira/Agência Senado



Walter Pinheiro, Waldemir Moka e José Pimentel na Comissão de Assuntos Econômicos, que aprovou créditos externos

Rio Grande do Sul e Ceará terão empréstimos externos

O Plenário aprovou ontem quatro operações de crédito internacionais, no valor total de US\$ 375 milhões, que beneficiam o Ceará, Porto Alegre e Caxias do Sul. Os projetos serão encaminhados à promulgação

QUATRO OPERAÇÕES DE crédito externo, no valor total de US\$ 375 milhões, foram aprovadas pelo Senado ontem. Mais cedo, antes de ir a Plenário, passaram na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Os projetos de resolução seguem agora à promulgação. As operações poderão ser fechadas contando com a garantia da União. Duas operações destinam recursos ao Ceará, envolvendo, no total, de US\$ 250 milhões. As outras duas operações atendem Porto Alegre e Caxias do Sul (RS).

Uma delas (MSF 50/2016) garante ao Ceará um emprés-

timo de US\$ 200 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento parcial da segunda fase do Programa Viário de Integração e Logística — Ceará IV. Os recursos vão ser aplicados na infraestrutura rodoviária e outros modais em corredores estratégicos de ligação de regiões produtoras.

O BID se compromete ainda com o financiamento de US\$ 50 milhões para projetos do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará (MSF 49/2016). O objetivo é o combate às desigualdades sociais e a erradicação da miséria.

Para o Rio Grande do Sul, um dos empréstimos (MSF 48/2016), de US\$ 92 milhões, deverá ser assinado entre Porto Alegre e a Corporação Andina de Fomento (CAF). O dinheiro deverá ser aplicado no Programa Orla POA, com o objetivo de requalificar o espaço urbano de Porto Alegre.

A outra operação de crédito (MSF 47/2016), no valor de US\$ 33 milhões, será assinada entre Caxias do Sul e o CAF. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos do município.

União poderá trocar título de estado por cota de fundo

O Plenário aprovou ontem o projeto de resolução que autoriza a União a substituir títulos que receber dos estados como caução para operações de crédito externo por cotas ou parcelas de fundos constitucionais e de contribuições econômicas atribuídas a esses entes federativos pela Constituição. O texto irá à promulgação.

A proposta (PRS 17/2016), de Otto Alencar (PSD-BA), foi aprovada mais cedo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator na CAE foi José Pimentel (PT-CE), com parecer favorável.

A substituição deverá ser

precedida de comprovação, por parte do estado interessado, de que sua participação líquida mensal nos fundos previstos é superior ao montante caucionado.

Otto argumenta que não é razoável manter títulos de um estado sob a guarda da União, quando a participação desse mesmo ente federativo em fundos constitucionais, em um único mês, supera o valor caucionado e garante efetivamente os valores devidos.

Para Pimentel, a alteração proposta é uma medida “salutar”, pois faculta à União a troca de garantias muitas vezes caucionadas em excesso. Wal-

ter Pinheiro (sem partido-BA) observou que os títulos ficam retidos, sem que os estados possam usá-los, o que significa “dinheiro parado”.

Fluxos

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) salientou que, na prática, a substituição sugerida permite ao governo federal se valer de fluxos de receitas “absolutamente líquidas”, como as parcelas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que compõem o Fundo de Participação dos Estados, e as parcelas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Comissão aprova benefícios para agente comunitário de saúde

Os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias poderão ganhar novos direitos como prioridade de atendimento no Programa Minha Casa, Minha Vida, adicional de insalubridade, facilitação na realização de cursos profissionalizantes e ajuda de custo no transporte para participar das aulas. Os benefícios estão previstos em projeto (PLC 210/2015) aprovado ontem na Comissão de Educação. A proposta foi relatada por Otto Alencar (PSD-BA) e segue para a Comissão de Assuntos Sociais.

A proposta determina que os cursos técnicos para essas funções poderão ser financiados pelo Fundo Nacional de Saúde. Os agentes que ainda não tiverem concluído o ensino médio serão incluídos em programas que ampliem a escolaridade e ofereçam profissionalização. Quem participar desses cursos receberá ajuda de custo para transporte escolar.

Otto destaca que, para atender ao Plano Nacional de Educação (PNE), devem ser criadas, até 2024, em torno de 3,5 milhões de novas vagas na educação profissional de nível técnico no país.

— No que se refere ao ensino profissionalizante, espera-

mos que, com as medidas decorrentes da aprovação desse projeto, uma proporção considerável dessas novas vagas seja direcionada para a formação dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias — afirmou.

O tempo de realização dos cursos deverá ser considerado para fins previdenciários, desde que vinculado ao recolhimento da contribuição respectiva, assegurando a contagem recíproca do tempo de contribuição para fins de aposentadoria e demais benefícios da Previdência Social.

Insalubridade

A proposta determina ainda que o exercício dessas funções em condições insalubres, de forma habitual e permanente, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelos Ministérios do Trabalho ou da Previdência, deverá assegurar aos agentes o adicional de insalubridade.

Marta Suplicy (PMDB-SP) também reconheceu a importância do projeto para esses profissionais:

— É um projeto relevante de verdade. Estende direitos trabalhistas a funcionários muito importantes da área da saúde sem esquecer da qualificação.

Avança participação de conselho de medicina na avaliação de curso

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou projeto que determina a participação do Conselho Federal de Medicina (CFM) como observador nas avaliações de cursos dessa área. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Inicialmente, o PLS 312/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), defendia a participação do CFM como supervisor nessas avaliações, porém acabou prevalecendo o entendimento do relator, Donizeti Nogueira (PT-TO), limitando a contribuição do órgão como observador.

Donizeti lembrou, na discussão, que a lei que efetivou o Programa Mais Médicos prevê

a realização bianual dessas avaliações. Cabe ao Ministério da Educação regulamentar a política, o que ainda não foi feito. A avaliação hoje é implementada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O relator entende ainda que a mudança da sistemática na avaliação dos cursos de medicina constituiria um processo complexo, “e que independe de um eventual controle externo”.

— Não há dúvidas de que o CFM representa um referencial de peso. Mas não há de se admitir que o órgão tutore as ações do Estado e ainda não possui estrutura pra isso.



Romário (D) preside reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Gerardo Magaña/Agência Senado

Euclides da Cunha deve entrar no Livro dos Heróis

A proposta que inscreve o nome do escritor Euclides da Cunha no Livro dos Heróis da Pátria foi aprovada ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PLC 205/2015, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), foi relatado na CE por Otto Alencar (PSD-BA). A proposta segue para o Plenário.

O senador destacou que Euclides da Cunha foi es-

critor, professor, sociólogo, repórter jornalístico e engenheiro militar. Tornou-se famoso internacionalmente por sua obra-prima *Os Sertões*, que enfoca a Guerra de Canudos (1896–1897).

Nessa obra, ele analisa características geológicas, botânicas, zoológicas e hidrográficas do nordeste da Bahia, além dos costumes e a religiosidade dos sertanejos.

Faz também uma análise da psicologia desse povo, narrando as quatro expedições enviadas ao arraial liderado por Antônio Conselheiro.

Otto citou também a justificativa de Bezerra, para quem *Os Sertões* é “uma das obras mais sofisticadas de compreensão de nosso país”.

— Até então o sertanejo era visto com certo desprezo pela intelectualidade.

Avança proposta que garante proteção de informações pessoais

Texto, que foi aprovado ontem em comissão, estabelece que dados fornecidos pelo cliente a bancos, lojas e redes sociais, por exemplo, não podem ser compartilhados sem que ele tenha autorizado

REGRAS PARA ASSEGURAR o uso racional e protegido de informações pessoais por governos e empresas foram aprovadas ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O objetivo da proposta é combinar a proteção de informações pessoais com o acesso a diferentes formas de comunicação e negócios favorecidos pela internet e pela tecnologia digital, sem que sejam violados direitos e garantias fundamentais do titular dos dados.

As normas estão reunidas num substitutivo de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), já aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT). O texto de Aloysio aproveitou sugestões de três propostas que tramitam em conjunto: o PLS 330/2013, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o PLS 181/2014, do ex-senador Vital do Rêgo, e o PLS 131/2014, da CPI da Espionagem.

Os projetos de Valadares e de Vital disciplinam o tratamento e o uso de dados pessoais por

órgãos do governo e pelo setor privado. A proposta da CPI define regras para gerenciar os pedidos de dados de pessoas físicas e jurídicas brasileiras por autoridades e tribunais estrangeiros.

O substitutivo define conceitos de dado pessoal, banco de dados, tratamento de dados e usuário de banco de dados. Também estabelece regras que se aplicam ao tratamento de informações organizadas, direitos e deveres dos gestores de bancos e manutenção e guarda de dados sigilosos. Trata ainda das infrações e penalidades aplicáveis.

Consentimento

Pelo texto, os dados pessoais não poderão ser utilizados para prejudicar o cidadão. A coleta dos dados deverá ser feita sob consentimento, assim como o armazenamento e o tratamento das informações pessoais feitos por qualquer instituição, como bancos, lojas e redes sociais.

O cidadão também deve ter o direito de se opor ao tratamento imposto a esses dados e impedir que sejam fornecidos a terceiros sem o seu consentimento. Quando

desejar, ele poderá conhecer a finalidade do tratamento automatizado dos seus dados ou mesmo requerer a exclusão definitiva de suas informações pessoais após o término dos contratos com empresas.

O substitutivo veda o tratamento de dados que revelem orientação (religiosa, política ou sexual), convicção (filosófica) e origem racial ou étnica, entre outros, a menos que haja consentimento expresso do titular. A proposta determina ainda que o tratamento de dados pessoais de criança e de pessoa incapaz somente será realizado mediante consentimento dos responsáveis legais e no seu melhor interesse.

Ao apresentar o substitutivo, Aloysio disse que o texto é o mesmo aprovado na CCT, que contou com contribuições dos senadores e de especialistas que debateram o tema em audiência, em 2015.

— É um texto moderno e robusto. Sistematiza o que há de mais interessante em cada um dos projetos em análise. Estabelece marco normativo para o tratamento de dados, em consonância com as melhores práticas internacionais e traz avanços para o país.

Jovens sugerem e comissão aprova apoio à sustentabilidade

A construção de imóveis que adotem medidas para reduzir o consumo de água, obter maior eficiência energética e melhorar o conforto térmico dos usuários poderá contar com incentivos fiscais. Esses estímulos estão previstos no substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 252/2014, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Agora o projeto irá ao Plenário.

A utilização de práticas sustentáveis de edificação poderá ser incluída como diretriz da política urbana prevista no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). O projeto estabelece também a divulgação dessas práticas em campanhas para população. Outra determinação prevê que as novas edificações de propriedade da União devem adotar medidas para a redução dos impactos ambientais, desde que técnica e economicamente viáveis.

O texto original, apresentado pela Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa (CDH), sugeria o uso de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento da água da chuva. No entanto, o relator na CMA, Jorge Viana (PT-AC), preferiu tratar do tema de forma abrangente, sem apresentar exemplos de práticas de construção sustentável. Como Viana não estava presente à reunião, o relator substituto foi Donizeti Nogueira (PT-TO).

Jovem Senador

O projeto é uma sugestão de Ana Luiza Cabral Laet, Andrisley Kelly Pereira da Silva, Daniele Verza Marcon e Verônica Vicente Monteiro, que participaram em 2013 do projeto Jovem Senador, que seleciona 27 estudantes de nível médio de escolas públicas por ano para vivenciarem a atividade parlamentar.

Eles justificaram que a adoção de padrões sustentáveis nas construções contribuirá para reduzir problemas decorrentes das mudanças climáticas.

Projeto determina meta de 60% de energia renovável até 2040

A participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira poderá chegar a 60% até 2040. A meta consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 712/2015, de Cristovam Buarque (PPS-DF), que foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e agora será votado em decisão final pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Atualmente, essa participação é de 40%, principalmente de fontes como hidráulica e biomassa. Esse percentual já coloca o Brasil como protagonista na adoção de soluções para reduzir os gases de efeito estufa, segundo Cristovam.

O senador lembrou que o país assumiu um compromisso perante o Secretariado da Convenção-Quadro das

Nações Unidas sobre Mudança do Clima de alcançar 45% de fontes renováveis na composição da matriz energética em 2030.

Blairo Maggi (PR-MT), apresentou um substitutivo para adequar o texto a definições internacionais e determinar que o aumento da participação das fontes renováveis ocorra “até 2040”, e não “em 2040”, como está no texto original, para que o avanço seja gradual. Em função da ausência de Blairo na reunião, o relator substituto foi Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O projeto de Cristovam muda a lei que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009) para estabelecer uma meta mais ousada para o processo de substituição do petróleo por fontes renováveis.



Aloysio Nunes Ferreira, que apresentou um substitutivo que condensa dispositivos previstos em três projetos de lei

Para estimular vendas, texto retira imposto de carro elétrico

Carros elétricos, nacionais ou importados, vendidos a taxistas ou a pessoas com deficiência poderão ser isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nos financiamentos desses veículos.

A medida está prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 780/2015, de Jorge Viana (PT-AC), que foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Agora ele irá à Co-

missão de Assuntos Econômicos (CAE).

Viana lembra que taxistas e pessoas com deficiência já contam com incentivos na aquisição de veículos. Com o projeto, ele pretende incentivar a compra de carros elétricos e de veículos híbridos, que combinam motor de combustão interna com motor elétrico, ainda com preços muito elevados.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator do projeto na CMA, concorda que a desoneração incentivará o uso de veículos elétricos, mais econômicos que os

convencionais e melhores para o meio ambiente, embora haja desvantagens como a menor autonomia e o tempo necessário para recarregar as baterias, além do alto custo.

— Carros a bateria só consomem energia para acelerar e para vencer rampas e resistências inerentes ao movimento. Mas nada consomem quando param em trânsito congestionado. Carros convencionais, ao contrário, quando permanecem com motor ligado desperdiçam de 10% a

15% de combustível — diz o relator.

Viana observa que o setor automobilístico, diante das preocupações com o meio ambiente e com a volatilidade do preço do petróleo, investiu nas pesquisas para a fabricação de carros elétricos. Mas o custo desses veículos ainda é muito alto em relação ao preço dos carros com motor a combustão.

“Faltam incentivos para impulsionar a aquisição e a fabricação desses veículos no Brasil”, afirma Viana, na defesa do projeto.